

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.415.559 - SP (2018/0330619-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**  
**AGRAVANTE** : JOSE NIVALDO DE OLIVEIRA  
**ADVOGADOS** : ALUÍZIO GERALDO CRAVEIRO RAMOS - GO017874  
WILSON PIAZA DA SILVA - GO025150  
RENATA DE ALMEIDA MANSO - GO038102  
**AGRAVADO** : ITAU UNIBANCO S.A  
**ADVOGADO** : ALFREDO ZUCCA NETO - SP154694

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por JOSE NIVALDO DE OLIVEIRA contra decisão que inadmitiu recurso especial. O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas “a” e “c”, da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

*"PENHORA DE PRO LABORE - Inadmissibilidade, por se tratar de remuneração do sócio protegida pela regra da impenhorabilidade prevista no artigo 833, inciso IV, do Código de Processo Civil, não abrangendo os lucros, dividendos ou qualquer outra forma de remuneração do capital ou societária. PENHORA DE QUOTAS DE SOCIEDADE ANÔNIMA - Possibilidade - Previsão expressa no artigo 835, inciso IX, do Código de Processo Civil - Decisão reformada em parte - Agravo de instrumento parcialmente provido para admitir a penhora das quotas do capital social do recorrido, negando-a sobre o pro labore, mas não sobre a distribuição de lucros e dividendos ou qualquer outra forma de remuneração do capital ou societária" (e-STJ fl. 723).*

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

No recurso especial, alega-se, além de divergência jurisprudencial, violação dos seguintes dispositivos legais com as respectivas teses:

(i) art. 5º do Código de Processo Civil de 2015, ao fundamento de que a decisão agravada é nula porque a conduta contraditória do magistrado de primeiro grau, sancionada pelo acórdão recorrido, fere a boa-fé objetiva processual,

(ii) art. 835 do Código de Processo Civil de 2015, ante a impossibilidade de constrição das cotas sociais da empresa Terra Nobre Participações S.A. por desrespeito à ordem de penhora determinada pela lei; invoca-se o Recurso Especial Repetitivo nº 1.333.349/SP (Tema 885), e

(iii) art. 6º da Lei nº 11.101/2005, em virtude da necessidade de imediata suspensão da execução e do encaminhamento dos autos ao juízo competente, que é o da recuperação judicial.

Com as contrarrazões, foi negado seguimento ao recurso especial, dando

ensejo à interposição do presente agravo.

É o relatório.

**DECIDO.**

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A insurgência não merece prosperar.

No que se refere à ofensa ao art. 6º da Lei nº 11.101/2005, verifica-se que a matéria versada no dispositivo apontado como violado no recurso especial não foi objeto de debate pelas instâncias ordinárias, sequer de modo implícito, e não foram opostos embargos declaratórios com a finalidade de sanar omissão porventura existente. Por esse motivo, ausente o requisito do prequestionamento, incide o disposto na Súmula nº 282/STF: *"É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada"*.

Sobre o tema:

*"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. PREQUESTIONAMENTO. NÃO OCORRÊNCIA. SÚMULA 282/STF. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. ALCANCE DAS PARCELAS VENCIDAS ANTERIORMENTE AO QUINQUÊNIO QUE PRECEDE O AJUIZAMENTO DA AÇÃO.*

- 1. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados impede o conhecimento do recurso especial.*
- 2. O acórdão recorrido que adota a orientação firmada pela jurisprudência do STJ não merece reforma.*
- 3. Agravo interno não provido"* (AgInt no AREsp 1.097.857/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe 10/11/2017 - grifou-se).

No mais, o tribunal de origem, à luz da prova dos autos, concluiu pela inexistência de irregularidade na decisão do juízo singular e legalidade da penhora, conforme se extrai da leitura do voto condutor, merecendo destaque o seguinte trecho:

*"(...) Não se vislumbra qualquer irregularidade na apreciação do pedido de penhora das quotas do capital social ou de qualquer outra.*

*Ao contrário, Sua Excelência, a MM. Juíza de primeiro grau foi cautelosa e prudente, aguardando que o quadro probatório estivesse seguramente formado para decidir, o que em nada prejudicou o ora agravado.*

*As manifestações anteriores do d. Juízo de primeiro grau não as negou definitivamente, mas sim determinou providências para esclarecimento a respeito da realidade fática e da ocorrência ou não da alegada fraude à execução, pendendo de apreciação a penhora do faturamento*

*e das cotas do capital da empresa Terra Nobre Participações S/A.*

*Ademais, se outro quadro fático for apresentado, à luz de prova documental, ou mesmo quando o Julgador reconhece que houve omissão em apreciar algum dos pleitos das partes, perfeitamente cabível que o faça assim que se acercar da verdade ou mesmo quando perceber a pendência.*

*(...) Em se tratando de quotas de sociedade anônima, não há que se falar em caráter personalíssimo, realizando-se a execução forçada em proveito do credor.*

*Tampouco em violação da ordem dos bens penhoráveis, já que nada oferece o devedor dentre os bens precedentes ou posteriores que pudessem garantir a execução.*

*A ordem legal pode ser alterada no caso concreto desde que para isso o juiz leve em conta dois princípios aparentemente conflitantes: a menor onerosidade do executado e a maior efetividade da execução (Informativo 589/STJ, 2ª Seção, REsp 1.388.642-SP, Rel. Min. Marco Aurélio Belizze, por unanimidade, julgado em 3/8.2016, DJe 6/9/2016, Recurso Especial repetitivo tema 913).*

*Significa dizer que a alteração da ordem legal se justifica sempre que se mostrar no caso concreto mais eficaz para os fins buscados pela execução - Satisfação do direito do exequente - a penhora de bem que legalmente só deveria ser constrito depois de outros bens do executado.*

*A ordem estabelecida pelo legislador parte da premissa de que os bens localizados nos primeiros lugares serão aqueles capazes de gerar de maneira mais fácil e simples a satisfação do direito exequendo.*

*Tudo leva a crer, portanto, que a ordem de penhora prevista pela lei seja algo que procura favorecer o exequente na difícil tarefa de ver seu direito satisfeito judicialmente.*

*Dessa forma, tratando-se de norma que busca proteger os interesses do exequente, a penhora poderá sempre ser feita fora da ordem legal desde que com isso concorde o exequente (Daniel Amorim Assumpção Neves. Novo CPC Comentado, editora JusPodivm, 2ª ed., 2017, p. 1362).*

*Assim, negada a penhora do pro labore, qualquer valor inerente à distribuição de lucros e dividendos ou outra forma de remuneração do capital pode ser objeto de constrição.*

*Todavia, quanto à penhora das ações ou cotas, cabia ao recorrido demonstrar que não lhes pertenceriam, o que não ocorreu, de nada adiantando ficar alegando sem provar o contrário.*

*As quotas são penhoráveis, na forma do artigo 835, inciso IX do Código de Processo Civil: 'ações e quotas de sociedades simples e empresárias'.*

*Anote-se que o recorrido não nega a afirmação do credor de que é acionista controlador.*

*Ao contrário, confessa ser dirigente da empresa Terra Nobre Participações S.A., com remuneração de R\$ 20.000,00 mensais (fls. 684 das contrarrazões deste agravo), bem como que é Diretor da Cia. de Distribuição Araguaia, lá percebendo mais R\$ 4.490,58 da alegada empresa (fls. 943/945 da apelação).*

*Tais fatos, somados à sonegação das suas declarações de rendimentos e bens que se determinou no apelo, são suficientes para determinar a admissibilidade da constrição sobre as cotas sociais que detenha" (e-STJ fls. 724/727).*

Nesse contexto, denota-se que o acolhimento da pretensão recursal demandaria o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, o que se mostra inviável ante a natureza excepcional da via eleita, a teor do enunciado da Súmula nº 7 deste Superior Tribunal.

Registre-se, outrossim, que, consoante iterativa jurisprudência desta Corte, a necessidade do reexame da matéria fática impede a admissão do recurso especial tanto pela alínea "a" quanto pela alínea "c" do permissivo constitucional.

É o que se observa do seguinte julgado:

*"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PRESCRIÇÃO CONSUMADA. DESCONSTITUIÇÃO DO ENTENDIMENTO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. IMPOSSIBILIDADE. ANÁLISE FEITA COM BASE NO SUPORTE FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.*

*1. Rever as conclusões das instâncias ordinárias quanto à ocorrência de prescrição da ação declaratória de inexistência de débito cumulada com repetição de indébito e indenização por danos morais exige, necessariamente, a incursão no material fático-probatório dos autos, notadamente porque as alegações da recorrente são no sentido de considerar outro termo inicial para a contagem do prazo prescricional, o que atrai a aplicação da Súmula 7/STJ.*

*2. No que toca ao conhecimento do apelo especial por divergência jurisprudencial, também não colhe êxito. Isso porque julgado fundado em fatos e provas (incidência da Súmula 7/STJ) não enseja a possibilidade de demonstração da similitude fática, conforme tranquilo entendimento desta Corte Superior.*

*3. Agravo interno desprovido" (AgInt no AREsp 1.114.253/MS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe 6/11/2017 – grifou-se).*

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Não cabe, na hipótese, a majoração dos honorários sucumbenciais prevista no art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, pois o recurso tem origem em decisão interlocutória sem a prévia fixação de honorários.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de março de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA  
Relator